

27/janeiro/2020

Ao: Tijoá Participações e Investimentos S.A.
À.: Administradores e acionistas

Ref.: Relatório do auditor independente nº REL- 2020

Prezados Senhores,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.S.^{as} as demonstrações contábeis da Tijoá Participações e Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2019, acompanhado do relatório do auditor independente

Atenciosamente,

Ana Cristina Linhares Areosa
Sócia

Tijoá Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório de revisão do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2019



Índice

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis	3
Relatório da Administração	6
Demonstrações Contábeis	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis	16

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Rua Voluntários da Pátria, 89 | 5º andar | Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos
Administradores e Acionistas da
Tijóá Participações e Investimentos S.A.
Andradina - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Tijóá Participações e Investimentos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tijóá Participações e Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2020.



Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3 "S" - SP

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Senhores Acionistas:

De acordo com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, permanecendo à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**Perfil Corporativo**

A Tijoá Participações e Investimentos S.A. (“Tijoá” ou “Companhia”) é a concessionária da usina hidrelétrica Três Irmãos (“UHE Três Irmãos” ou “Usina”), responsável por sua administração, operação e manutenção.

A concessão da UHE Três Irmãos foi outorgada à Tijoá através do Leilão ANEEL 02/2014 e está regulada pelo Contrato de Concessão nº 003/2014-MME, cujo prazo de vigência é de 30 anos contados de 10 de outubro de 2014.

A UHE Três Irmãos está localizada no município de Andradina, na região do baixo Tietê, possui 5 unidades geradoras, capacidade instalada de 807,5 MW e energia assegurada de 217,5 MW. A usina conta ainda com uma estrutura de duas eclusas e um canal que possibilitam a navegação pela Hidrovia Tietê-Paraná.

Em junho de 2019 a ANEEL publicou e homologou a Receita Anual de Geração das Usinas Hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783, de 11/01/2013, e fixou a tarifa associada às cotas de garantia física de energia e potência da Tijoá para o período de 01/07/2019 a 30/06/2020 por meio da Resolução Homologatória Nº 2.587.

A Tijoá também é a prestadora de serviços de operação e manutenção das eclusas e operação do canal pelo prazo de 5 anos, contados de novembro de 2014, através de contrato de prestação de serviços firmado com o DNIT e prorrogado por 12 meses em 15/10/2019.

Estrutura Societária

A Tijoá está organizada na forma de uma sociedade anônima fechada, e conta com dois acionistas: a Juno Participações e Investimentos S.A., com 50,1% das ações, e FURNAS Centrais Elétricas S.A., com 49,9% das ações.

Perspectivas da Administração

De acordo com o seu Plano de Manutenção, durante o ano de 2020, a Tijoá estará concentrada na realização das manutenções de parada programada – MPP1 das UGs 01 e 02, incluindo as atividades de modernização dos reguladores de velocidade e tensão e a realização de reparos de cavitação nas turbinas.

Serão realizadas (i) manutenções preventivas e corretivas em transformadores elevadores; (ii) substituição das tubulações dos radiadores da UG02; (iii) substituição das tubulações do sistema de ar de cavitação, (iv) substituição das tubulações by-pass UG 3, 6, 7 e 8; (v) substituição das tubulações de esvaziamento; (vi) impermeabilização da caixa seca; (viii) aquisição de uma porta estanque para o poço de Drenagem e Esvaziamento.

A Tijoá também implementará (i) modernização de quadros de comando e supervisão do Vertedouro da UHE Três Irmãos; (ii) modernização de quadros de comando e supervisão do Grupo de Atendimento de Emergência; (iii) substituição de grama no da barragem, (iv) aquisição de conjunto radiadores; (v) aquisição de ar condicionado central da sala de Comando e sala de Relés.

Principais Realizações de 2019

A Companhia manteve seu índice de disponibilidade acima do mínimo exigido (89,581%), de acordo com a Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 125 de 17 de abril de 2013, sendo o último índice verificado no ano de 93,442%.

Foi concluída, com sucesso, a manutenção de parada programada - MPP2 da UG-04, incluindo (i) as atividades de modernização do regulador de velocidade e do regulador de tensão; (ii) modernização do painel da comporta de emergência e (v) reparo do transformador elevador.

Foram finalizadas as atividades de (i) modernização do sistema de comunicação por rádio frequência da UHE Três Irmãos; (ii) substituição de grama no talude da barragem (iii) aquisição do compressor reserva para o sistema de ar de cavitação; (iv) substituição de bancos de bateria e retificadores; (v) modernização do sistema de supervisão e controle do nível dos poços de drenagem e (vi) aplicação de revestimento asfáltico na pista interna.

No que se refere à gestão ambiental e fundiária, a Tijoá deu seguimento ao seu planejamento para atendimento às condicionantes da Licença Ambiental de Operação e demais exigências dos órgãos e agências reguladoras competentes.

Foi iniciado o Projeto de P&D Controle de Infestação do Mexilhão Dourado por Indução Genética da Infertilidade – Fase III, em co-participação com empresas do setor elétrico. Tal Projeto terá duração de 3 anos e faz parte de um estudo maior, que tem como objetivo a erradicação do mexilhão dourado por meio da produção e introdução no ambiente natural indivíduos que ao se reproduzirem, produzirão larvas inférteis.



Desempenho Econômico e Financeiro

O desempenho econômico e financeiro correspondente às operações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi:

Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro (Em milhares de reais)

	2019	2018
(+) Receita anual de geração (RAG)	225.611	175.745
(+) Receita de serviços	4.383	3.909
(=) Receita bruta	229.994	179.654
(-) Tributos	(21.447)	(16.782)
(=) Receita operacional líquida	208.548	162.872
(-) Encargos de geração	(83.765)	(78.824)
(-) Custos de O&M	(22.155)	(22.270)
(-) Custos com pessoal	(8.597)	(6.182)
(-) Seguros operacionais	(1.345)	(1.195)
(=) Lucro operacional	92.686	54.401
(-) Despesas gerais e administrativas	(4.476)	(3.680)
(=) EBITDA	88.210	50.721
(-) Depreciação e amortização	(684)	(356)
(=) EBIT	87.526	50.365
(-) Resultado financeiro líquido	1.030	507
(=) Lucro antes do IR e CS	88.556	50.872
(-) IRPJ e CSLL	(29.808)	(17.485)
(=) Lucro líquido do exercício	58.748	33.387

O EBITDA de 2019 atingiu o valor de R\$ 88,2 milhões e o Lucro Líquido do exercício foi de R\$ 58,7 milhões.

Recursos Humanos

Realizamos a negociação coletiva junto ao sindicato, resultando no acordo coletivo de trabalho para todos os funcionários da Tijoá, vigente até maio/21. Realizamos a campanha de vacinação influenza quadrivalente na Usina e CCCP.

Realizamos a semana interna de prevenção de acidentes de trabalho (SIPAT) voltada para a conscientização dos colaboradores nos assuntos relacionados a prevenção de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho.

Meio Ambiente

A Licença Ambiental de Operação da UHE Três Irmãos foi emitida para a Tijoá pela CETESB em 10 de outubro de 2014 e tem validade até 2 de dezembro de 2021. Todas as condicionantes da Licença Ambiental de Operação estão sendo cumpridas. Além disso, a Tijoá também atende outras exigências de cunho ambiental, estabelecidas por agências reguladoras como ANA e ANEEL.

No âmbito das obrigações que remontam a época de implantação da UHE em 1990, destaca-se a realização de 63 escriturações como parte da titulação de 115 lotes do Programa de Reassentamento. As famílias foram reassentadas no início do enchimento do reservatório e até a assunção da concessão pela Tijoá, não haviam recebido ainda a titulação dos seus lotes. O processo irá continuar pelo ano de 2020.

Vale mencionar o cumprimento da obrigação bianual de entrega do Relatório Bienal de Atendimento às Condicionantes Ambientais da Licença de Operação junto ao órgão regulador CETESB. O Relatório consistiu em um compilado com os resultados obtidos em todos os programas e ações ambientais previstas, demonstrando a adimplência da Tijoá no cumprimento de suas responsabilidades.

Cabe ressaltar também que o Centro de Conservação do Cervo do Pantanal encontra-se atualmente com 44 animais (aumento de 37% em relação ao início dos trabalhos de manejo da Tijoá em 2015), indicando que o manejo dos animais vem sendo conduzido de forma correta e eficiente.

Outros destaques do ano de 2019, no âmbito do atendimento das condicionantes ambientais da LO – Licença de Operação, são listados a seguir:

- o início do projeto relativo ao corredor ecológico entre a mata do Maturi e o Parque do Rio do Peixe,
- o início do novo ciclo do Programa de Reflorestamento, com ações voltadas ao plantio direto e/ou manutenção de glebas de reflorestamento existentes na borda do Reservatório;
- o início da realização da inspeção estruturada da borda do reservatório da UHE Três Irmãos.

Por fim, destaca-se o sucesso das ações do Programa de Educação Ambiental, que promove inserção do ambiente da geração de energia hidrelétrica no campo de conhecimento dos alunos do 5º ano das escolas municipais dos municípios de Pereira Barreto e Andradina. No ano de 2019, a UHE Três Irmãos recebeu a visita de 902 alunos, que conheceram a atividade de geração de energia, além de conceitos relacionados à conservação ambiental, promovidos pelo jogo Tietando a Energia, de autoria também da Tijoá. Adicionalmente, o Centro de Conservação do Cervo do Pantanal também foi difusor de conceitos ambientais de conservação da espécie e seu habitat natural, por meio da recepção de 419 visitantes.

Agradecimentos

A Tijoá registra seu agradecimento e reconhecimento ao empenho do quadro funcional, assim como de todos os demais que, direta ou indiretamente, contribuíram para o cumprimento da sua missão.

Conselho de Administração

Titulares: Carlo Alberto Bottarelli, Roberto Solheid da Costa de Carvalho, Leticia Costa Manna Leite, Anderson Lanna Alves Bittencourt

Suplentes: Dorival Pagani Junior, Bernardo Braga Teixeira, Ilton Barboza Telles

Conselho Fiscal

Titulares: Bruno Shigueyoshi Oshiro, Paulo Roberto Franceschi, Rodrigo Figueiredo Soria,

Suplentes: Evandro Ferreira de Oliveira, Moacir Gibur, Rodrigo dos Santos Sirena

Diretoria

Presidente Diretor Técnico: Newton Lins Buarque Sucupira Filho

Tijoá Participações e Investimentos S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.576	35.973
Aplicação financeira vinculada	5	6.445	6.415
Contas a receber	6	21.925	21.723
Impostos a recuperar	7	44	456
Outros créditos	8	1.789	1.427
Total do ativo circulante		<u>38.779</u>	<u>65.994</u>
Ativo não circulante			
Depósito caução aluguel		42	-
Impostos diferidos	24(a)	213	72
Imobilizado	9	43.694	36.306
Intangível	10	573	817
Total do ativo não circulante		<u>44.522</u>	<u>37.195</u>
Total do ativo		<u>83.301</u>	<u>103.189</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijóá Participações e Investimentos S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Passivo circulante			
Contas a pagar	11	4.123	2.081
Encargos do setor	12	11.464	10.011
Partes relacionadas	13	878	2.724
Salários, provisões e encargos sociais a recolher	14	1.760	822
Provisões participações nos lucros, gratificações, bônus e encargos	15	759	598
Impostos e contribuições a recolher	16	3.278	2.112
Dividendos a pagar	18.3	-	33.002
Outras obrigações		9	-
Total do passivo circulante		<u>22.271</u>	<u>51.350</u>
Passivo não circulante			
Contas a pagar	11	139	-
Obrigações especiais	17	29.713	30.751
Total do passivo não circulante		<u>29.852</u>	<u>30.751</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	18.1	13.801	13.801
Reserva legal	18.2	2.760	2.760
Reservas de lucros	18.2	14.617	4.527
Total do patrimônio líquido		<u>31.178</u>	<u>21.088</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>83.301</u>	<u>103.189</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijóá Participações e Investimentos S.A.

Demonstração dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita líquida de produtos e serviços operacionais	19	194.763	150.451
Custo dos produtos e serviços	20	(102.255)	(96.946)
Lucro bruto		<u>92.508</u>	<u>53.505</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	21	(4.982)	(3.140)
Lucro antes do resultado financeiro		<u>87.526</u>	<u>50.365</u>
Receitas financeiras	22	1.464	1.054
Despesas financeiras	22	(434)	(547)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL		<u>88.556</u>	<u>50.872</u>
IRPJ e CSLL - Corrente	24(b)	(29.949)	(17.363)
IRPJ e CSLL - Diferido	24(b)	141	(122)
Lucro líquido do exercício		<u>58.748</u>	<u>33.387</u>
Lucro por ação - Em R\$		<u>4,26</u>	<u>2,42</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijóá Participações e Investimentos S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Resultado do exercício	58.748	33.387
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>58.748</u>	<u>33.387</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijoá Participações e Investimentos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Em 31 de dezembro de 2017		13.801	1.809	5.093	-	20.703
Lucro líquido do exercício		-	-	-	33.387	33.387
Constituição de reservas		-	951	4.527	(5.478)	-
Distribuição de dividendos	18.3	-	-	(5.093)	(27.909)	(33.002)
Em 31 de dezembro de 2018		<u>13.801</u>	<u>2.760</u>	<u>4.527</u>	<u>-</u>	<u>21.088</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	58.748	58.748
Constituição de reservas		-	-	14.617	(14.617)	-
Distribuição de dividendos	18.3	-	-	(4.527)	(44.131)	(48.658)
Em 31 de dezembro de 2019		<u>13.801</u>	<u>2.760</u>	<u>14.617</u>	<u>-</u>	<u>31.178</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijó Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Das atividades operacionais		
Lucro antes do IR e CSLL	88.556	50.872
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado/ consumido nas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	1.735	1.394
Obrigações especiais	(1.038)	(1.038)
Resultado ajustado	89.253	51.228
Decréscimo/ (acrécimo) de ativos		
Contas a receber	(202)	(7.838)
Impostos a recuperar	412	145
Outros créditos	(404)	(22)
Acrécimo/ (decrécimo) de passivos		
Fornecedores	2.181	(1.403)
Encargos do setor	1.453	1.144
Partes relacionadas	(1.846)	(570)
Salários e encargos sociais a recolher	938	132
Provisões PLR, gratificações, bônus e encargos	161	28
Impostos e contribuições a recolher	(1.422)	52
Obrigações especiais e outras obrigações	9	(236)
Impostos e contribuições pagos	(27.361)	(15.967)
Caixa gerado nas atividades operacionais	63.172	26.693
Das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(8.936)	(794)
Baixa de ativo imobilizado e intangível	57	2.508
Dividendos pagos	(81.660)	-
Aplicação financeira vinculada	(30)	558
Caixa (aplicado)/consumido nas atividades de investimento	(90.569)	2.272
(Redução)/ Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(27.397)	28.965
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	35.973	7.008
No final do exercício	8.576	35.973
(Redução)/ Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(27.397)	28.965

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração as demonstrações Contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Tijoá Participações e Investimentos S.A. (Companhia ou Concessionária) é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, constituída em 23 de dezembro de 2011, que tem por objeto a exploração de potenciais hidráulicos para fins de geração de energia elétrica na usina Três Irmãos (Usina) e de atividades correlatas e auxiliares à exploração desses aproveitamentos e respectivas instalações, observadas as normas regulamentares aplicáveis.

A Companhia detém a concessão em regime de alocação de cotas de garantia física e de potência da Usina até 10 de outubro de 2044, conforme Contrato de Concessão nº 03/2014-MME, assinado em 10 de dezembro de 2014, outorgado pela União, através da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O Contrato determina que toda garantia física de energia e de potência da Usina será alocada, integralmente, em regime de cotas destinadas às Distribuidoras do Sistema Interligado Nacional – SIN, a Concessionária, será remunerada por receita decorrente da aplicação da tarifa calculada pela ANEEL denominada Receita Anual de Geração (RAG), a qual passou a perceber receita a partir de outubro de 2014.

Os investimentos realizados pela Concessionária, seja de ampliação ou melhoria, serão avaliados e incorporados à RAG no processo de revisão tarifária subsequente.

A Usina localiza-se no município de Andradina, SP com uma potência instalada total de 807,5 MW e energia assegurada 217,5 MWh.

2. Elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1. Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Resoluções emitidas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme Orientação Técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidência a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram autorizadas pela diretoria em 13 de janeiro de 2020.

a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Julgamentos e estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis utilizados na preparação das demonstrações contábeis, que de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

2.3. Julgamentos e estimativas contábeis

Pronunciamentos, normas e interpretações que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

- ✓ CPC 15(R1)/IFRS 7 – Definição de negócios – Determinação se um conjunto adquirido de atividades constitui um negócio. Como as alterações se darão de forma prospectiva, não há alterações na data de transição.
- ✓ CPC 26(R1)/IAS 8 – Definição de omissão material – Alinhamento da definição de “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas. Não é esperado que essa alteração tenha impacto na Companhia.

3. Principais práticas contábeis adotadas

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

b) Contas a receber de clientes e perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, a qual é reconhecida considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobertura de prováveis perdas na realização conforme os valores demonstrados na Nota Explicativa nº 6.

c) Tributação sobre a renda

Tributos correntes

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia são calculados da seguinte forma:

- i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica: à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240;
- ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

d) Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2018.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;

- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;

- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

e) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear, de acordo com as taxas definidas pela ANEEL e demonstradas na Nota Explicativa nº 9.

A Companhia reconhece ativo de direito de uso e seu respectivo passivo de arrendamento para os contratos de bens de valor significativo e prazo superior a 12 meses, a valor presente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

f) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem direitos de uso de *software*. A amortização é registrada pelo método linear, conforme taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 10.

g) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

h) Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número de ações ordinárias totais, ao fim do período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	64	101
Aplicações financeiras	8.512	35.872
	8.576	35.973

Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento financeiro ou outros fins. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 o saldo está aplicado em Certificado de Depósito Bancário - CDB remunerado a taxa de 97% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Aplicação financeira vinculada

	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações financeiras – UG 05 (a)	160	319
Aplicações financeiras – Fiança (b)	6.285	6.096
	6.445	6.415

- (a) Refere-se ao saldo remanescente da indenização líquida do prêmio de seguro, e reembolso dos custos diretos complementares incorridos durante a recuperação da UG 05, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.676 de 17 de outubro de 2017 (vide Nota Explicativa nº 17). Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 o saldo está aplicado em Certificado de Depósito Bancário - CDB remunerado a taxa de 97% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.
- (b) Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o saldo da conta está aplicado em (CDB) Certificado de Depósito Bancário remunerados a taxa 100% do (CDI) e bloqueado para movimentação em garantia para Carta fiança.

6. Contas a receber

	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber – Terceiros (i)	372	986
Suprimento de energia – CCGF (ii)	21.553	20.737
	21.925	21.723

- (i) Montante a receber referente ao contrato 867/2014-DAQ/DNIT, firmado em outubro de 2014e prorrogado por 12 meses em 15/12/2019;
- (ii) Montante a receber referente energia alocada em regime de cotas destinadas às Distribuidoras do Sistema Interligado Nacional – SIN, e faturadas conforme CCGF-Contrato de Cotas de Garantia Física.

O quadro a seguir apresenta os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	21.907	20.143
Vencidos até 30 dias	-	872
Vencidos de 31 a 60 dias	-	244
Vencidos de 61 a 90 dias	-	249
Vencidos a mais de 90 dias	18	215
	21.925	21.723

A Companhia tem como procedimento reconhecer as perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosas, quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores envolvidos de acordo com o prazo original das contas a receber. O cálculo da perda é, em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a

situação de cada cliente e garantias oferecidas respectivamente. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 não foi constituída a referida perda.

7. Impostos a recuperar

	31/12/2019	31/12/2018
Impostos a recuperar Lei 10.833	-	111
INSS a recuperar	38	221
PIS a recuperar não cumulativo	-	19
COFINS a recuperar não cumulativo	-	89
IRPJ a recuperar	6	12
CSLL a recuperar	-	4
	44	456

8. Outros créditos

	31/12/2019	31/12/2018
Seguros	1.255	1.142
Carta fiança	247	222
Bloqueio judicial trabalhista	80	-
Adiantamento fornecedores	205	59
Adiantamento de férias e 13º salário	-	2
Adiantamento a diretores	-	2
Projetos de P&D	2	-
	1.789	1.427

9. Imobilizado

	Imobilizado em serviço					Ativo de direito de uso (a)	Imobilizado em curso					Total
	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Reservatórios barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias		Máquinas e equipamentos (b)	Adiantamento a fornecedores	Reservatórios barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias terceiros	Peças sobressalentes	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	35.823	169	54	2.387	219	-	79	-	42	-	640	39.413
Adições	228	-	88	-	15	-	240	156	-	-	44	771
Transferências	20	(20)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	(2.387)	-	-	(79)	-	(42)	-	-	(2.508)
Depreciação	(1.322)	(32)	(8)	-	(8)	-	-	-	-	-	-	(1.370)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	34.749	117	134	-	226	-	240	156	-	-	684	36.306
Adições	292	158	15	599	394	278	4.184	180	-	123	2.666	8.889
Transferências	755	-	-	-	-	-	(599)	(156)	-	-	-	-
Baixas	-	(57)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(57)
Depreciação	(1.363)	(32)	(9)	(1)	(9)	(30)	-	-	-	-	-	(1.444)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	34.433	186	140	598	611	248	3.825	180	-	123	3.350	43.694
Taxa média de depreciação %	5%	14%	6%	2%	3%	50%						

(a) Em atendimento ao CPC 06/IFRS 16, a Companhia registrou como ativo de direito de uso o contrato de aluguel da sua sede administrativa. A depreciação do direito de uso foi calculada pelo prazo do contrato de locação.

(b) Refere-se substancialmente a sistemas para a Unidade Geradora 4 da UHE Três Irmãos.

A Companhia não segrega valor residual dos principais componentes de seu ativo imobilizado, uma vez que ao final de suas vidas úteis não são esperados resultados positivos com a sua alienação.

Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa de bens do ativo imobilizado, calculados como sendo a diferença entre valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado em que o ativo foi baixado. A depreciação é calculada de forma linear de acordo com as taxas definidas pela ANEEL.

10. Intangível

	Licenças de uso e Software
Saldo em 31 de dezembro de 2017	818
Adições	23
Amortização	(24)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	817
Adições	47
Amortização	(291)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	573
Taxa de amortização %	20%

11. Contas a pagar

	31/12/2019	31/12/2018
Materiais e serviços (a)	3.984	2.081
Passivo de arrendamento (b)	139	-
Total Circulante	4.123	2.081
Passivo arrendamento não circulante (b)	139	-
	4.262	2.081

(a) A conta de fornecedores é composta principalmente por saldos a pagar de materiais de manutenção e serviços da mesma natureza.

(b) Vide nota explicativa 9.

12. Encargos do setor

	31/12/2019	31/12/2018
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	2.741	1.846
TFSEE - Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	41	38
CFURH - Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	2.293	2.637
TUST - Tarifa de uso do sistema de transmissão e conexão	6.389	5.490
	11.464	10.011

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Em conformidade com a Lei 9.991/2000, as concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, devem investir anualmente um percentual de sua receita operacional líquida – ROL em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do setor de energia elétrica. As empresas do setor de geração de energia elétrica, devem investir no mínimo 1% de sua Receita Operacional Líquida – ROL em projetos de P&D regulados pela ANEEL.

Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi criada, pela Lei nº 9.427, de 26/12/1996, e regulamentada pelo Decreto nº. 2.410, de 28/11/1997, com a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura das suas despesas administrativas e operacionais. A Lei nº. 12.783, de 11/01/2013, reduziu a TFSEE de 0,5% (cinco décimos por cento) para 0,4% (quatro décimos por cento) do valor econômico agregado pelo concessionário, permissionário ou autorizado.

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pelo uso dos recursos hídricos para a geração de energia. A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL gerencia a cobrança da taxa e a distribuição dos recursos arrecadados entre os municípios, Estados e a União.

Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST)

A Resolução 281, de 1º de outubro de 1999, estabelece as condições gerais de contratação do acesso, compreendendo o uso e a conexão. A cobrança está regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 559/2013 que define o pagamento do uso do sistema de transmissão por meio da aplicação das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST aos sistemas de transmissão de energia elétrica, a operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

13. Partes relacionadas

	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
	Passivo	Resultado	Passivo	Resultado
Furnas Centrais Elétricas S.A. (b)	878	(10.685)	1.037	(11.066)
CSE - Centro de Soluções Estratégicas S.A. (a)	-	(7.931)	1.687	(11.777)
	878	(18.616)	2.724	(22.843)

(a) O montante a pagar a CSE refere-se ao contrato firmado em outubro de 2015, com objeto de AO&M (Administração, Operação e Manutenção) da Usina Hidrelétrica Três Irmãos. Especificamente, com relação a CSE, o impacto no resultado está registrado principalmente como custo de operação. Esse contrato encerrou-se em outubro de 2019.

(b) Refere-se aos valores a pagar ao encargo da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) e ao Contrato de Prestação de Serviços de Operação junto ao sistema elétrico da UHE Três Irmãos.

Os saldos de passivos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, bem como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas as operações com partes relacionadas, estão apresentadas no quadro acima e foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

14. Salários, provisões e encargos sociais a recolher

	31/12/2019	31/12/2018
Salários e encargos	441	222
Provisões para férias e encargos	1.158	559
Honorários da administração e encargos	161	41
	1.760	822

Com o término do contrato mencionado na Nota Explicativa 13 (a), os colaboradores do CSE alocados nesse projeto foram realocados para Tijoá.

15. Provisões participação nos lucros, bônus e encargos

	31/12/2019	31/12/2018
Provisão de PLR/gratificações para empregados	626	211
Provisões bônus e encargos para administração	133	387
	759	598

16. Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2019	31/12/2018
IRRF PJ retido de terceiros	16	22
PIS, COFINS e CSLL retidos de terceiros	56	68
INSS retido de terceiros	68	16
ISS retido de terceiros	49	9
ISS a recolher	14	14
IRPJ a recolher	1.519	697
CSLL a recolher	568	272
PIS a recolher	175	180
COFINS a recolher	804	829
ICMS a recolher	9	5
	3.278	2.112

17. Obrigações especiais

A Usina Hidrelétrica Três Irmãos (UHE Três Irmãos), cuja concessão atualmente é detida pela Tijoá Participações e Investimentos S.A. (Tijoá), tinha como concessionária até o dia 09 de outubro de 2014 a Companhia Energética de São Paulo (CESP). Durante a concessão da CESP ocorreu um sinistro na Unidade Geradora nº 05 (UG-05) da referida usina e a CESP acionou o seguro vigente à época, objetivando contratar os serviços e os equipamentos necessários à recuperação da unidade.

Ocorre que o reparo não foi realizado pela CESP, de forma que, extinto o prazo de vigência de sua concessão, foi realizado novo leilão da UHE Três Irmãos, sem que os referidos serviços de reparo fossem contratados. Nesta esteira, a Tijoá logrou-se vencedora do certame e assumiu a concessão no dia 10 de outubro de 2014, após um mês de operação assistida, com apenas 4 unidades geradoras funcionando, pois a UG-05 permanecia a espera de reparo. Dessa forma, a ANEEL, Agência reguladora do setor, entendeu que seria responsabilidade do novo concessionário, Tijoá, efetuar o serviço de reparo, mas determinou que para tanto fosse utilizado o valor do seguro vigente à época do sinistro. Após o recebimento pela CESP do montante do seguro, esta repassou a indenização para a Tijoá (R\$ 8.782).

Em 31 de maio de 2016, a ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 5.864, autorizou a Tijoá a concluir o processo de contratação dos serviços e dos equipamentos necessários à recuperação da Unidade Geradora nº 5 (UG-05) da UHE Três Irmãos no valor total de R\$ 29.334, sem impostos.

Esse montante foi inserido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, na liquidação financeira da contratação de cotas de garantia física e de potência, na proporção das respectivas cotas de garantia física e de potência da UHE Três Irmãos para pagamento por cada distribuidora e registrado em contrapartida da conta “Obrigações especiais – Passivo não circulante”.

Adicionalmente, essa mesma Resolução, estabelece que o prêmio do seguro supracitado é parte integrante desse ressarcimento financeiro e deveria ser descontado das últimas parcelas do cronograma de desembolso estabelecido pela ANEEL, logo também deveria ser considerado como “Obrigações especiais”.

Dessa forma, com base na referida Resolução, o registro do valor do prêmio de seguros foi contabilizado no passivo circulante da Companhia a título de adiantamento. Em 02 de março de 2017, por meio de Despacho nº 590 de 02 de março de 2017, a ANEEL determinou que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE efetuassem, a partir de março de 2017 (competência fevereiro de 2017), a liquidação financeira da contratação de cotas de garantia física e de potência da UHE Três Irmãos, o desconto do valor do prêmio de seguro, liquidando o adiantamento.

Em 13 de outubro de 2017, por meio da Resolução Autorizativa nº 6.676, a Aneel autorizou o reembolso do montante de R\$ 3.146 à Companhia de custos diretos complementares incorridos durante a recuperação da UG-05, por meio da inserção pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE do valor complementar autorizado, na liquidação financeira da contratação das cotas de garantia física e de potência do mês de outubro de 2017. O referido montante foi recebido em 21 de novembro de 2017.

Em maio de 2017, a UG-05 entrou em operação passando a ser depreciada. Dessa forma, também conforme, a Resolução Autorizativa nº. 5.864 de 31 de maio de 2016, o saldo da conta de Obrigações Especiais é amortizado por montante equivalente a depreciação calculada sobre o valor do bem adquirido (UG-05) com esses recursos, de forma que o efeito desta despesa seja anulado no resultado do exercício.

Assim sendo, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o saldo da conta Obrigações especiais estão demonstrados como segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações especiais	29.713	30.751
	29.713	30.751

18. Patrimônio líquido

18.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o capital social da Companhia é de R\$ 13.801 dividido em 13.801.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

A distribuição das ações está assim representada:

	31/12/2019	31/12/2018
Juno Participações e Investimentos S.A.	6.914	6.914
Furnas Centrais Elétricas S.A.	6.887	6.887
	13.801	13.801

18.2. Reservas

	31/12/2019	31/12/2018
Reserva legal (*)	2.760	2.760
Reserva de lucros	14.617	4.527
Total de Reservas	17.377	7.287

(*) Reserva legal é constituída no montante de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

18.3. Distribuição de lucros (dividendos)

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	58.748	33.387
(-) Constituição da reserva legal - 5% (*)	-	(951)
(-) Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	-	(8.109)
(-) Constituição da reserva de retenção de lucros	(14.617)	(4.527)
(-) Dividendos propostos/pagos - 2019/2018	(44.131)	(19.800)

Em 28 de dezembro de 2018, por meio de a Assembleia Geral Extraordinária – AGE, e Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 19.800 e distribuição de dividendos da conta de reservas de lucros no montante de R\$ 5.093 pagos em janeiro de 2019.

Em 10 de maio de 2019, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária AGOE, o saldo da conta reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 4.527 e os dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 8.109, foram aprovados para destinação aos sócios e foram pagos em junho de 2019.

Em 16 de julho de 2019, por meio da Assembleia Geral Extraordinária AGE, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 14.242 e foram pagos em julho de 2019.

Em 09 de setembro de 2019, por meio da Assembleia Geral Extraordinária AGE, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 14.888 e pagos aos acionistas em outubro de 2019.

Em 19 de novembro de 2019, por meio da Assembleia Geral Extraordinária AGE, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 15.000 e pagos aos acionistas em dezembro de 2019.

(*) Não constituída em 2019, pois o saldo da reserva legal alcançou 20% do capital social.

18.4. Lucro por ação

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	58.748	33.387
Quantidade de ações	13.801.000	13.801.000
Lucro por ação - Em R\$	4,26	2,42

19. Receita líquida

	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta de vendas (ou serviços)	229.994	179.654
Deduções da receita		
(-) PIS - Programa de integração social	(3.795)	(2.964)
(-) COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social	(17.478)	(13.654)
(-) ISS - Imposto sobre serviço	(174)	(164)
(-) Encargos setoriais *	(13.784)	(12.421)
(-) Total deduções da receita operacional	(35.231)	(29.203)
Receita operacional líquida	194.763	150.451

(*) O aumento na receita em 2019, refere-se a alteração na metodologia de remuneração homologada pela Resolução Normativa N° 818/2018 que aprovou os Submódulos 12.1 e 12.4 do PRORET, que regulamentam a revisão das receitas anuais de geração das usinas hidrelétricas enquadradas no regime de cotas de garantia física e potência da Lei 12.783/2013, bem como, a Resolução Homologatória N° 2.578/2019 que homologou a RAG para o ciclo de julho/2019 à junho/2020.

20. Custo dos produtos e serviços prestados

	31/12/2019	31/12/2018
Custo serviços de terceiros	(20.829)	(21.513)
Custo com pessoal	(8.598)	(6.924)
Custos com encargos do setor	(69.978)	(66.403)
Materiais	(1.318)	(721)
Depreciação e amortização	(177)	(154)
Seguros	(1.345)	(1.195)
Outros	(10)	(36)
	(102.255)	(96.946)

21. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2019	31/12/2018
Honorários, encargos e benefícios da administração e do conselho fiscal	(1.558)	(1.242)
Bônus e encargos da administração	(133)	(387)
Bônus e encargos da administração - anos anteriores	165	(56)
Pessoal e encargos	(1.615)	-
Serviços de terceiros	(1.092)	(1.098)
Viagens	(175)	(150)
Depreciação e amortização	(506)	(202)
Materiais e outros	(18)	(5)
Gastos com ocupação	(50)	-
	(4.982)	(3.140)

22. Resultado financeiro

	31/12/2019	31/12/2018
Receita financeira		
Rendimento de aplicação financeira	1.318	968
Outras receitas financeiras	146	86
	1.464	1.054
Despesa financeira		
Comissões e despesas bancárias	(293)	(345)
Outros juros, multas e atualizações	(141)	(202)
	(434)	(547)
Resultado financeiro	1.030	507

23. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Considerações gerais e políticas

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros como proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxas de juros, conforme política da Administração.

Gestão de risco financeiro - Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

a) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, sendo que substancialmente, às variações da taxa CDI que remunera suas aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário - CDB.

b) Risco de crédito

O risco de crédito associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados ao seu cliente. A Companhia também está sujeita a risco de crédito associado às suas aplicações financeiras. Este risco é atenuado pela restrição de suas operações a instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações de renda fixa e curto prazo de vencimento.

c) Risco de liquidez

A Companhia monitora o risco de insuficiência de recursos, administrando seus recursos financeiros de modo a garantir o cumprimento de suas obrigações no curto e longo prazo.

d) Valores de mercado

Em 31 de dezembro de 2019, os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações contábeis pelo fato de elas estarem atreladas basicamente à variação do CDI.

24. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida e nos custos e despesas incorridos pelo regime de competência.

a) Tributos diferidos patrimoniais

É contabilizado um ativo ou passivo referentes a tributos diferidos a partir das diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis e com base nos prejuízos fiscais acumulados em exercícios anteriores, os quais, de acordo com a legislação tributária brasileira, não tem prazo prescricional para ser compensado.

Demonstrativo do cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido diferidos, registrados no ativo:

	31/12/2019	31/12/2018
Diferença temporária - PLR, Bônus	626	211
Alíquotas vigentes (25% de IRPJ e 9% de CSLL)	34%	34%
Total do IRPJ e CSLL diferidos ativo	213	72

b) Tributos correntes

A conciliação de despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2019 IRPJ/CSLL	31/12/2018 IRPJ/CSLL
Resultado antes do IR e CSLL	88.556	50.872
Imposto de Renda e Contribuição Social alíquota nominal	30.109	17.296
(Adições) / exclusões temporárias (a)	10	(151)
(Adições) / exclusões permanentes (b)	104	242
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT	(85)	-
Lei do Bem	(164)	-
Outros (c)	(24)	(24)
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	(29.949)	(17.363)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido	141	(122)
Total	(29.808)	(17.485)
Alíquota efetiva	34%	34%

- (a) Adição/exclusão dos valores correspondentes a provisões de gratificação e encargos;
- (b) Adição/exclusão dos valores correspondentes a reversões de PLR, bônus e outros;
- (c) Parcela isenta do adicional do Imposto de Renda.

25. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Abaixo demonstramos as apólices em vigor:

Coberturas	Vencimento	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade civil	07/11/2020	30.000	29
Riscos operacionais	07/11/2020	2.033.685	1.360
D & O	30/07/2020	20.000	10
Veículos	25/05/2020	264	9

26. Remuneração dos administradores

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 30 de abril de 2019, foi aprovada a proposta de remuneração global dos Administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia no montante de até R\$ 1.691.

A destinação deste montante será dada pelo Conselho de Administração, sendo certo que, no que se refere à remuneração dos membros do Conselho Fiscal, será observado o disposto no parágrafo 3º do art. 162 da Lei da S.A.

A remuneração total do pessoal chave da Administração reconhecida no resultado dos períodos está apresentada no quadro da Nota Explicativa nº 21.

27. Contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, ambientais e trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, adota a prática de provisionar apenas aquelas contingências classificadas como de risco provável.

Não havia contingências classificadas como risco provável de perda na data-base 31 de dezembro de 2019 e de 2018. As causas classificadas como perda possível, não são registradas nas demonstrações contábeis, e são apresentadas como a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Riscos trabalhistas	445	-
Riscos cíveis	30	30

28. Acordo para alienação

Em 02 de agosto de 2019, o acionista controlador da Companhia informou ao mercado em geral, que celebrou contrato de compra e venda da totalidade de suas ações na Juno Participações e Investimentos S.A., que detém participação na Companhia. Essa operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições, incluindo junto aos órgãos reguladores. Desse modo a conclusão do negócio pode ou não se efetivar.

* * *